



Em sete anos, apenas 13 famílias ribeirinhas foram reassentadas em Belo Monte

Em visita à Volta Grande do Xingu, juízes do Tribunal Internacional dos Direitos da Natureza coletaram denúncias graves de violações de direitos. Comunidade removida pela terceira maior hidrelétrica do mundo se considera “escravizada” pelo empreendimento, e afirmam que diversas espécies de peixe desapareceram.

Apenas 13 famílias ribeirinhas atingidas por Belo Monte foram reassentadas na beira do rio Xingu, após a construção da hidrelétrica, inaugurada em 2016. A informação foi colhida pelos juízes do Tribunal Internacional dos Direitos da Natureza, durante visita à comunidade do Paratizinho, na Volta Grande do Xingu, na região de Altamira (PA).

Nas difíceis negociações entre a população atingida e a Norte Energia, Concessionária responsável pelo empreendimento, apenas 121 famílias que viviam da pesca na beira do rio Xingu, e foram atingidos pela construção da terceira maior hidrelétrica de todo o planeta, optaram por serem reassentadas na beira do rio.

A promessa da empresa era de que as famílias seriam realocadas em condições similares de vida na beira do rio. Mas não foi esta a realidade encontrada pelos juízes, em visita à comunidade impactada.

“Não tem fruta na nova beira do rio. Por isso, os peixes foram embora”, explicaram os ribeirinhos aos membros do Tribunal. Segundo eles, a maioria das espécies de peixe desapareceu após a construção da obra.

Para sobreviver, então, muitos pescadores passaram a trabalhar por diárias em fazendas da região. “Estamos roçando pra fazendeiros, pra ganhar uma mixaria”, relataram.

Além do trabalho nas fazendas, os pescadores passaram a produzir commodities como o cacau, além de tentativas de adesão a projetos de geração de renda da Norte Energia (concessionária da hidrelétrica), como a produção de carne de frango de granja, que até então fracassaram.

“Somos escravos de Belo Monte”, denunciou uma das lideranças aos juízes do Tribunal. É o que sentem por estarem impedidos de trabalhar. “O nível do rio quem controla é a Norte Energia. Não tem mais verão nem inverno”.

Os ribeirinhos foram reassentados em uma área que era, anteriormente, uma fazenda desmatada. Além do desafio do reflorestamento e regeneração do terreno, o local foi convertido em APP, dificultando ou inviabilizando o manejo da vida tradicional.

Os entraves gerados pela APP, impossibilitando até mesmo a construção de uma escola de alvenaria, tem levado ribeirinhos à depressão e a situações de vulnerabilidade financeira nas cidades.

“Não podemos construir nossa escola de alvenaria, porque dizem que o cimento irá poluir o ambiente”, relataram aos juízes, inconformados. “Não é uma cidade inteira de alvenaria que queremos construir, é só uma escola”, desabafaram aos juízes. Há sete anos, as crianças da comunidade estudam em uma escola provisória, feita de tábuas de madeira.

“As autoridades do Brasil estão atuando com irresponsabilidade”, denuncia a juíza e liderança indígena Blanca Chancosa, indígena do povo Quéchua, no Equador.

“Dói muito que o Xingu esteja agonizando, quase morto”, desabafa. “Para nós, o rio é como o sangue que circula pelo nosso corpo. No momento em que o sangue não pode circular pelo corpo, temos problemas e doenças. E isso é o que está acontecendo com o Xingu: se não deixam o rio circular direito, ele adoecer”, defendendo a reparação da vida e do rio.

Após Altamira, os juízes visitarão Anapu e Marabá, onde farão outras rodadas de escuta comunitária e verificação in situ das violações, entre os dias 21 e 27 de julho. Na sequência, darão seu veredicto ético durante o Fórum Social Pan-amazônico (FOSPA) em Belém, no dia 29 de julho.

Informações adicionais: rightsofnaturetribunal.org.

CONTATOS

- Assessoria de imprensa: Ruy Sposati (Brasil), ruysposati@gmail.com, +55 (11) 97531-6335

- Comunicação do Tribunal Internacional dos Direitos da Natureza: Josefina Mösele (English/Spanish), communications@garn.org

Organizado por:



TRIBUNAL
INTERNACIONAL
DOS DIREITOS
DA NATUREZA

Com o apoio de:



In seven years, only 13 riverside families were resettled in Belo Monte

On a visit to the Volta Grande do Xingu, judges from the International Rights of Nature Tribunal heard serious complaints of rights violations. A community removed from its lands by the third largest hydroelectric dam in the world considers itself "enslaved" by the project, and claims that several species of fish have disappeared.

Only 13 riverside families affected by Belo Monte were resettled on the banks of the Xingu River after the construction of the hydroelectric dam, which opened in 2016.

The information was gathered by the judges of the International Rights of Nature Tribunal during a visit to the community of Paratizinho, in Volta Grande do Xingu, in the region of Altamira (PA).

In the difficult negotiations between the affected population and Norte Energia, the concessionaire responsible for the project, only 121 families who lived off fishing on the banks of the Xingu River, and were affected by the construction of the third largest hydroelectric dam on the planet, opted to be resettled on the riverbank.

The company's promise was that the families would be relocated to similar living conditions on the riverbank. But this was not the reality found by the judges on their visit to the impacted community.

"There is no fruit on the new riverbank. So the fish are gone," the riverine people explained to the members of the Tribunal. According to them, most fish species disappeared after the construction work.

To survive, many fishermen began to work on farms in the region on a daily basis. "We are grazing for farmers, to earn a pittance," they reported.

Besides working on the farms, the fishermen started producing commodities such as cocoa, in addition to attempts to join Norte Energia's income generation projects, such as the production of poultry meat, which have so far failed.

"We are slaves of Belo Monte", one of the leaders denounced to the tribunal judges. That's how they feel about being prevented from working. "The level of the river is controlled by Norte Energia. There is no summer or winter anymore".

The riverside dwellers were resettled in an area that was previously a deforested farm. In addition to the challenge of reforestation and regeneration of the land, the site was converted into an APP, making it difficult or impossible to manage traditional life.

The obstacles generated by the APP, making it impossible even to build a masonry school, have led this community to depression and situations of financial vulnerability in the cities.

"We can't build our masonry school, because they say cement will pollute the environment," they reported to the judges. "It's not a whole city of masonry that we want to build, it's just a school," they vented. For seven years, the children of the community have been studying in a provisional school, made of wooden planks.

"The authorities in Brazil are acting irresponsibly," denounced the judge and indigenous leader Blanca Chancosa, of the Quechua people in Ecuador.

"It hurts a lot that the Xingu is agonizing, almost dead," she says. "For us, the river is like the blood that circulates through our body. The moment the blood cannot circulate through the body, we have problems and diseases. And this is what is happening with the Xingu: if they don't let the river circulate properly, it gets sick," she said, defending the reparation of life and the river.

After Altamira, the judges will visit Anapu and Marabá, where they will conduct other rounds of community listening and on-site verification of violations, between July 21 and 27. They will then give their ethical verdict during the Pan-Amazon Social Forum (FOSPA) in Belém on July 29.

Additional information: rightsofnaturetribunal.org.

CONTACTS

- Press office: Ruy Sposati (Brazil), ruysposati@gmail.com, +55 (11) 97531-6335
- Communication of the International Rights of Nature Tribunal: Josefina Möslé (English/Spanish), communications@garn.org

Organized by:



INTERNATIONAL
RIGHTS OF NATURE
TRIBUNAL

With the support of:





En siete años, sólo 13 familias ribereñas fueron reasentadas en Belo Monte

En una visita a Volta Grande do Xingu, los jueces del Tribunal Internacional de los Derechos de la Naturaleza recogieron graves denuncias de violaciones de derechos. La comunidad desplazada por la tercera presa hidroeléctrica más grande del mundo se considera "esclavizada" por la empresa, y afirma que han desaparecido varias especies de peces.

Solo 13 familias ribereñas afectadas por Belo Monte fueron reasentadas en las orillas del río Xingu tras la construcción de la presa hidroeléctrica, inaugurada en 2016. La información fue recogida por los jueces del Tribunal Internacional de los Derechos de la Naturaleza, durante una visita a la comunidad de Paratizinho, en la Volta Grande do Xingu, en la región de Altamira (PA).

En las difíciles negociaciones entre la población afectada y Norte Energia, la concesionaria responsable del proyecto, sólo 121 familias que se ganaban la vida pescando en las orillas del río Xingu, y que se vieron afectadas por la construcción de la tercera mayor presa hidroeléctrica del planeta, optaron por ser reasentadas en la ribera.

La promesa de la empresa era que las familias serían reubicadas en condiciones de vida similares en la ribera del río. Pero esta no fue la realidad que encontraron los jueces, en una visita a la comunidad afectada.

"No hay fruta en la nueva orilla del río. Por eso han desaparecido los peces", explicaron los ribereños a los miembros del Tribunal. Según ellos, la mayoría de las especies de peces desaparecieron tras las obras.

Para sobrevivir, pues, muchos pescadores empezaron a trabajar a diario en las granjas de la región. "Estamos rascando para los agricultores, para ganar una miseria", denunciaron.

Además de trabajar en las granjas, los pescadores comenzaron a producir productos básicos como el cacao, además de intentar unirse a los proyectos de generación de ingresos de Norte Energia, como la producción de carne de ave, que hasta ahora han fracasado.

"Somos esclavos de Belo Monte", denunció uno de los dirigentes ante los jueces del Tribunal. Eso es lo que sienten cuando se les impide trabajar. "El nivel del río está controlado por Norte Energia. Ya no hay verano ni invierno".

Los ribereños fueron reasentados en una zona que antes era una finca deforestada. Además del reto de la reforestación y la regeneración del terreno, el lugar se convirtió en una APP, lo que dificulta o imposibilita la gestión de la vida tradicional.

Los obstáculos generados por el APP, que hacen imposible incluso la construcción de una escuela de mampostería, han llevado a los ribereños a la depresión y a situaciones de vulnerabilidad financiera en las ciudades.

"No podemos construir nuestra escuela de mampostería, porque dicen que el cemento contaminará el medio ambiente", informaron a los jueces, inconformes. "No es una ciudad entera de mampostería lo que queremos construir, es sólo una escuela", se desahogaron ante los jueces. Desde hace siete años, los niños de la comunidad estudian en una escuela provisional, hecha de tablones de madera.

"Las autoridades de Brasil están actuando de forma irresponsable", denunció la jueza y líder indígena Blanca Chancosa, del pueblo quechua en Ecuador.

"Duele mucho que el Xingu esté en agonía, casi muerto", dice. "Para nosotros, el río es como la sangre que circula por nuestro cuerpo. En el momento en que la sangre no puede circular por el cuerpo, tenemos problemas y enfermedades. Y eso es lo que está pasando con el Xingu: si no dejan que el río circule bien, se enferma", defendiendo la reparación de la vida y del río.

Después de Altamira, los jueces visitarán Anapu y Marabá, donde realizarán otras rondas de escucha comunitaria y de verificación in situ de las violaciones, entre el 21 y el 27 de julio. A continuación, darán su veredicto ético durante el Foro Social Pan-Amazónico (FOSPA) en Belém el 29 de julio.

Más información: rightsofnaturetribunal.org.

CONTACTOS

- Oficina de prensa: Ruy Sposati (Brasil), ruysposati@gmail.com, +55 (11) 97531-6335
- Comunicación del Tribunal Internacional de los Derechos de la Naturaleza: Josefina Möhle (inglés/español), communications@garn.org

Organizado por:



TRIBUNAL
INTERNACIONAL
DE LOS DERECHOS
DE LA NATURALEZA

Con el apoyo de:

